

rizoma e racismo: por um ensaio

¹ Rubens L. S.,  ² Helisa V. M. 

¹ universidade federal de são paulo

² instituto federal de educação, ciência e tecnologia de goiás

* e-mail de contato principal: rubens.sa@unifesp.br

resumo

a *bigoniaceae tabebuia* é uma árvore que floresce em dias secos e cinzentos. Desabrocha para anunciar tempos melhores. Aspiramos o mesmo ao tratar do racismo na sociedade contemporânea qual temática muito cara para boa parte da população mundial, que têm sistematicamente sido afligida por esse mal. Assumimos raça, neste ensaio, em seu sentido mais amplo relacionando-o ao conceito de rizoma (Deleuze & Guattari, 1995). O convite é pensar com as plantas e sua forma de organização da multiplicidade. Nosso objetivo neste ensaio é alinhar os princípios rizomáticos ao racismo, que se manifesta de diferentes maneiras no tessitura social como, por exemplo, por meio da falácia da democracia racial, na academia, na língua, na literatura e através de discursos racistas, que carecem de arqueologia própria para que se compreenda seus vários níveis de ocultação. Não é nossa pretensão esgotar o assunto. Antes, porém, nosso interesse é provocar reflexões e novos debates com vistas à primavera anunciada pelo Ipê.

palavras-chave: rizoma; racismo; sociedade.

como citar este artigo

Sá, R. L., & Magalhães, H. V. (2022). Rizoma e racismo: Por um Ensaio. *Revista Letra Magna*, 18 (29), 22-33, doi <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.2052>

bignoniaceae tabebuia:
rizoma e sociedade

Era dos extremos. A Época das Perplexidades. Tempos Líquidos. Sociedade do Cansaço. Sociedad de Claustro. Tempos de Perplexidade. Sociedad Paliativa. Tempos Sombrios¹. Alistamos aqui algumas das metáforas mais recentes em que se pode pensar o período da história da humanidade que atravessamos na contemporaneidade. Mais do que nunca, precisamos ser como o Ipê, *Bignoniaceae Tabebuia*², pois essa árvore contraria a própria natureza ao desabrochar em dias secos e cinzentos. Dessa forma, tais árvores prelidam, em pleno inverno, a estação das flores, dos aromas e da beleza — a Primavera. Para além disso, o Ipê contribui à reflexão sobre a necessidade de sermos resistentes e não permitir que a secura e o acinzado dos tempos nos impeçam de seguir adiante no ato de abrir-se em botões de flores e embelezar nosso entorno.

É desse ato de desabrochar em meio a intempéries que fala Derrida (1967) ao desenhar seu ensaio sobre a necessária desconstrução das inúmeras heterogenias, e aqui emprestamos o conceito de metagênese da Biologia para pensar na incapacidade de reflexão e ação crítico-social, que produzem um sem-fim de contradições marcadas por hegemonias inatacáveis, posicionamentos dominantes e desigualdades totalmente esvaziadas de todos os sentidos semântico-discursivos. Tais contradições têm suas aporias, seus erros e suas fissuras que, por sua vez, são conducentes a um devir de possibilidades de des-sedimentação e aniquilamento não violento, pois para o filósofo franco-magrebino desabrochar, ainda que vivendo no azedume da vida moderna, implica em “inverter os níveis do explícito e do implícito, alterando as relações normais na procura de suprimir a hegemonia da denominação, aparentemente explícita, em favor dos múltiplos rasgos do sentido, que se encontram dispersos” (Borges de Meneses, 2013, p. 186).

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) também falaram sobre o ato de florescer diante da improbabilidade, quando nos brindaram com o conceito de rizoma. Em seu texto, eles apresentam seis princípios orientadores para o entendimento do que vem a ser um rizoma (p. 4-7) e, por fim, resumem toda sua dissertação sobre esse tema ao escrever cerca de quinze características que identificam um rizoma (Deleuze & Guattari, 1995, p. 14-17). O que nos interessa ressaltar aqui do trabalho em tela é que as relações sociais são rizomáticas no sentido de que a transconexão, referimo-nos aqui a conexões sociais que atravessam e são atravessadas, a heterogeneidade, a multiplicidade, a agentividade, desterritorialização, a segmentariedade, a estratificação e a ruptura são princípios básicos constituintes de um rizoma ou do tecido social. Portanto, assim como o Ipê faz parte de um rizoma complexo, mas que lhe é sustentador e promotor da vida, ao mesmo tempo também promove a manutenção de outras vidas, tornando-o tão belo e singular. As relações sociais devem ser igualmente entendidas nesta perspectiva.

Reconhecemos, porém, que a sociedade humana, embora guarde todas as características do rizoma conceituado por Deleuze e Guattari, vale-se de relações de poder para estabelecer uma assimetria que não se sustenta, mesmo que se empregue de violência por algum tempo. Em outras palavras, visto que o tecido social é rizomático, o anseio, a agência e o empenho de alguns grupos sociais para criar categorias de pessoas, ao longo da história, é inútil. Pierre Rosenstiehl e Jean Petitot (1974, p. 62) dizem que a sociedade é um “sistema a-centrado [que opera] no conjunto de uma rede. Uma sociedade a-centrada natural rejeita como intruso social o autômato centralizador”. A rejeição desse projeto centralizador, dominante ocorrerá pela operação direta “nas linhas de fuga, nos movimentos de desterritorialização e desestratificação que acarretam em fenômenos de precipitação e de ruptura, em agenciamento”, conforme filosofam Deleuze e

¹ Alistamos os autores seguindo a respectiva ordem de citação: Hobsbawm, 1994; Dreifuss, 1996; Bauman, 2007; Han, 2017; Oviedo Freire, 2019; Sá, 2020; Han, 2021; Arendt, 2021.

² lat.cien. gên. *Tabebuia* segundo AGC, do tupi **tambe'mbuya* ‘planta da fam. das bignoniáceas’, lit., cf. Silveira Bueno e Teodoro Sampaio, ‘madeira leve, que flutua’. Fonte: Dicionário Eletrônico, versão 2.3.0 (284) Copyright © 2005-2021 Apple Inc. Todos direitos reservados.

Guattari (1995, p. 2) ao introduzir sua dissertação sobre as relações rizomáticas.

Portanto, é disso que queremos tratar neste ensaio que ora disponibilizamos ao leitor. Queremos dissertar brevemente sobre um devir possível de operação em nossa sociedade cujo 'intruso social, o autômato centralizador' busca manter o domínio através de recursos discursivos. Vamos considerar sobre a resistência, como o Ipê, mas sem a necessidade de ser violentos para florescer, aromatizar e embelezar em tempos de horror. Queremos ensaiar modos de desconstruir pelas fissuras derridianas e nas linhas de fuga deleuzianas e guattarianas com o fito de possibilitar a continuidade rizomática social.

e por falar em racismo: princípios rizomáticos

Optamos, neste texto, por falar de racismo³, valendo-se dos princípios que regem e atravessam o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995). Antes, porém, gostaríamos de esclarecer que, em nossa percepção, o uso do termo racismo diz respeito a estereótipos, movimentos de preconceito e ações de discriminação e violência contra pessoas de outras raças. Para nós, a própria designação da categoria raça faz parte de um empreendimento ideológico, sistêmico e cruel cujo mote central é a organização social em grupos compostos daqueles que são aceitos em certo tecido social e aqueles que são indesejados e que, ao fim e ao cabo, são tolerados ou tornam-se alvo de expurgo. Esse movimento de categorização precede designações de etnia, gênero, nacionalidade, cútis, sexualidade, etc. Tal disciplinarização, organização e categorização racial complexa e contraditória é o que compreendemos como racialização cujo axioma é a escusa para a criação, viabilização e manutenção de desigualdades, injustiças e violências.

Por conseguinte, o uso dos léxicos raça, racismo e racialização neste ensaio será de modo intercambiável e assumirá múltiplas dimensões. Contudo, embora em muitos

momentos a referência direta será à população negra, também estamos pensando em grupos minorizados, subalternizados, silenciados e violentados⁴ mundo afora. Logo, entendemos que abordar tais questões é relevante, pois essa problemática não está apenas associada aos tempos abertamente colonialistas e que supostamente remontam a um passado distante e superado; antes, porém, essa temática na sociedade mundial, e não apenas no Brasil, é uma realidade atemporal que continua produzindo traumas, marcas, aprofundamento de desigualdades, injustiças e violências diversas.

A premência dessa discussão é realçada, por exemplo, na obra de Grada Kilomba (2019) quando a autora relaciona o racismo com práticas cotidianas que se vinculam a um sem fim de memórias violentas e de exclusão do outro⁵. Ao resenhar essa obra, Maíra Freire (2020, p. 275) diz que a autora aborda a urgência de o "sujeito negro se libertar dos aprisionamentos da ordem colonial, impondo mais limites, recusas, barreiras, negando o lugar de outridade que lhe foi imposto", e nós a parafraseamos acrescentando que esse sujeito racializado deve marcar sua posição subjetiva de independência em sua relação com e, apesar de, o sujeito branco.

Para iniciar a consideração das relações entre os princípios rizomáticos e racismo, entendemos que vale a pena ensaiarmos primeiramente uma definição do que venha a ser o racismo. Na percepção de Sílvio de Almeida (2018), o racismo é tanto estruturado como estruturante. Assim, ressaltamos, a partir do seu trabalho, que a sociedade moderna opera, e com certa medida de êxito, no esforço do "autômato centralizador" (Rosenstiehl & Petitot, 1974, p. 62). Quando pensamos nos mais variados campos de atuação, de saber, instituições, bem como todas as produções que daí advém é possível perceber com clareza os processos dessa estruturação promotora de preconceito e racismo. Nascimento (2019, p. 16) diz que é preciso "admitir que esse

³ Baseados em Arendt (1951), Césaire (1955), Fanon (1961), Said (1978), Sayad (1979), Grosfoguel (2016), etc., compreendemos raça, neste ensaio, como uma construção mais ampla e que extrapola a cor da pele.

⁴ Usamos processos verbais a substantivação desses termos, pois entendemos que se trata de ações em curso.

⁵ Diferimos do Outro lacaniano (1973), mais abstrato, e que se refere a um lugar, a linguagem, ao inconsciente.

racismo está na estrutura das coisas”, ou seja, transita nas conexões do rizoma.

Princípio nº 1: Conexão — A ideia de estrutura nos remete, então, à primeira aproximação com o rizoma deleuziano e guattariano, a saber, o princípio de conexão (Deleuze & Guattari, 1995, p. 4). Pensar no racismo como uma estrutura de “dominação sistemática dos outros, em todos os domínios da sociedade” (van Dijk, 2008, p. 8), guarda relação com o rizoma, pois este se conecta a “qualquer ponto e pode ser conectado a qualquer outro [...] e cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc.” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 4). Assim, entendemos que, embora haja um esforço do “autômato centralizador” (Rosenstiehl & Petitot, 1974, p. 62) em neutralizar tais conexões no rizoma, isso não lhe é possível já que elas produzem “agenciamentos coletivos onde não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 4).

Kilomba (2019, p. 78) complementa essa ideia ao dizer que “todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhar colocam o sujeito negro não só como o outro, mas também como outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca”. Entretanto, todo esse movimento é um esforço improdutivo ao tentar impedir as conexões no rizoma social, que se valem de agenciamentos coletivos quais frutos da lógica rizomorfa. Por conseguinte, embora o racismo seja, para Freire (2020, p. 271), “uma realidade violenta ligada à questão do poder... investido de um padrão contínuo de abuso, violação e violências sistemáticas”, os agenciamentos coletivos funcionam diretamente na micropolítica desse campo social e efetivamente na máquina abstrata de manutenção do racismo por impedi-lo, como força contrária, de seguir em seu esforço centralizador e neutralizador de outridades. Assim, em que pese muita luta e, por vezes muito luto pelos Genivaldos⁶, o rizoma segue com suas conexões ao atuar contra a possibilidade de “corte radical entre os regimes”.

Princípio nº 2: Heterogeneidade — Embora o exemplo da argumentação de

Deleuze e Guattari (1995, p. 5) sobre esse princípio seja baseado no uso da língua, entendemos ser possível aplicá-lo à questão racial, pois a heterogeneidade de um rizoma reside em “cadeias semióticas, organizações de poder... que aglomera atos muito diversos”. Pensando na problemática do racismo, especificamente no Brasil, alguns dos atos de negação do mesmo deturpam a heterogeneidade do rizoma social ao tentar promover a falaciosa democracia racial, termo que diz respeito a uma suposta igualdade entre as diferentes raças, etnias e origem dos muitos povos que compõem a sociedade. Tal negação de heterogeneidade embalada pelo mito da igualdade e democracia racial cumpre apenas o objetivo de neutralizar, invisibilizar e calar os sujeitos racializados, que são atingidos em cheio por “atos muito diversos de cadeia semióticas de poder” ao promover esse utópico paraíso racial morusiano (Morus, 1516).

É verdade que o art. 5º da carta magna brasileira, a Constituição Federal, bem como o inciso I do art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, abordam a questão da igualdade e a não discriminação enquanto direitos invioláveis de todo e qualquer cidadão brasileiro ou residente no país, sem fatores de diferenciação. No entanto, esse mito da democracia social vela as verdadeiras intenções e ações de poder que almejam acabar com a heterogeneidade na sociedade. Lamentavelmente, o trabalho de Gilberto Freyre (1933) representou um desserviço ao debate sobre racismo no Brasil porque contribuiu e colaborou para a disseminação desse mito da democracia racial ao advogar em favor de uma suposta relação harmoniosa de negros escravizados, negros libertos e brancos. Freyre, proposital e acintosamente, não leva em consideração o sentimento de posse do senhor de engenho em relação aos seus escravizados.

Ao promover a positividade da chamada miscigenação, Gilberto Freyre transforma o mestiço como o coringa da lógica racista, pois deixa de fazer sentido a necessária discussão sobre privilégios de raça, lutas, racialização, racismo, apagamentos, preconceito, discriminação, violências, etc. Teun van Dijk (2008, p. 13)

⁶ Homem negro, Genivaldo de Jesus Santos, 38 anos, morto por asfixia pela polícia rodoviária federal em viatura com gás em 26/05/2022. Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/homem-morte-porta-malas>

destaca o perigo desse pensamento equivocando ao dizer que “as desigualdades na interação diária com os indígenas e com as pessoas negras pareceram tão naturais que a idéia de dominação racista foi geralmente vista e, muitas vezes, ainda o é, como uma acusação absurda”. A sutileza da falácia da democracia racial, depõe contra a heterogeneidade do rizoma.

Felizmente, obras⁷ como do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1965) e do antropólogo congolês Kabengele Munanga (1999) têm contribuído para desconstruir esse mito da democracia racial no Brasil. Os trabalhos dos pensadores da negritude alistados, além de outros, têm operado nas fissuras derridianas (Derrida, 1967) para desconstruir plataformas políticas que visam ordenar e disciplinar a fim de promover outras formas de “agenciamento” com uma certa “edipianização furiosa” (Deleuze & Guattari, 1976, p. 73). A negação e operação contra a heterogeneidade do rizoma, nada mais é do que uma tentativa de escrita e reescrita daquilo que sempre escapa e resiste a totalizações. Esses inúmeros esforços para homogeneizar as relações sociais que compõem o rizoma operam através de instituições que gerenciam a disseminação, cristalização e depuração da sociedade brasileira com vistas ao embranquecimento (Schwarcz, 1993).

Princípio nº 3: Multiplicidade — Para Deleuze e Guattari (1995, p. 5), “as multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades” porque “uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto”. Para eles, esse princípio está diretamente relacionado com o agenciamento coletivo, pois o estabelecimento de conexões internas redimensionam as linhas que mudam a natureza do rizoma em sua multiplicidade. Isso produz a inexistência de unidades “que sirvam de pivô no objeto ou que se divida no sujeito”, pois “a unidade sempre opera no seio de uma dimensão vazia” (p. 6).

Retomando a questão do racismo, agora na academia, trazemos Teun van Dijk (2008, p. 8) à roda de conversa, quando ele

contribui ao dizer que o “termo racismo foi frequentemente considerado inapropriado pelos que queriam esconder o fenômeno da pobreza e outras formas de desigualdade social”. Curiosamente, essa relutância não se restringiu à Europa e aos Estados Unidos, mas se espalhou pela América Latina e outros territórios cuja operação dá-se principalmente pela “recusa ao engajamento em pesquisas críticas sobre racismo” (van Dijk, 2008, p. 9).

Logo, vemos como relevante discorrer sobre esse assunto visto que ainda há “relutância acadêmica em reconhecer” tal temática, “como um empreendimento científico relevante, para além da mera política” (van Dijk, 2008, p.14). Entendemos que abordar tais questões são fulcrais para fomentar, de modo crítico e reflexivo, o debate em torno de epistemologias e metodologias antirracistas (Ferreira⁸, 2004).

Grada Kilomba (2019) também trata da violência acadêmica impostas pela suposta neutralidade cujo objetivo é validar ou não saberes estruturados e hierarquizados a partir de uma lógica hegemônica branca. A evidência dessa afirmação encontra-se nas políticas que propositalmente esquecem, neutralizam, invisibilizam e apagam todos os racializados no território da academia. Segue-se, portanto, a premissa teorizada pela filósofa e historiadora americana Susan Buck-Morss quando ela afirma que “o que sobrevive nos arquivos faz isso por acaso. O desaparecimento é a regra” (2018, p. 18).

Esse rechaço, dificuldades e impossibilidades de acesso à realização de pesquisas sobre o racismo no interior da academia e, por extensão, da sociedade, contribui para a idiotização dos racializados. Para os gregos, o idiota é aquele que não sabe falar bem e, portanto, não merece ser ouvido. Por não ter sua fala acreditada e validada, converte-se, se tiver acesso ao saber, em obstáculo social, uma resistência indesejável contra a universalidade, i.e. a centralidade cartesiana do ponto-zero, do saber hegemônico, euro-norte-americanizado e branco-fálico. Para van Dijk (2008, p.16), aqueles que “formulam as prioridades da

⁷ Evidentemente, muitos outros também oferecem sua contribuição para o debate e desconstrução desse mito. Alistamos Aparecida de Jesus Ferreira, Léia González, Bell Hooks, Angela Davis, Abdias Nascimento, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Mano Brown, Ochy Curiel, Djamilá Ribeiro, Emicida e tantos outros.

⁸ Aparecida de Jesus Ferreira é uma pesquisadora de referência no Brasil sobre o tema em tela. Recomendamos ao leitor que conheça trabalho dessa investigadora em www.aparecidadejesusferreira.com

pesquisa acadêmica” concretam, assim, a porosidade e a distinção entre os sabem e os que não sabem. Embora tenha o seu mérito pela crítica à autoridade teológica na defesa pela ciência autônoma e represente, assim, um divisor de águas entre a ciência medieval e a moderna, a obra de Galileu Galilei (1632) também tem sido usada como um manual de como difamar, ridicularizar, menosprezar e destruir àqueles de quem discordamos ou não queremos aceitar seus pontos-de-vista. É essa mesma premissa que tem sido usada para impedir ou dificultar pesquisas sobre racismo até os nossos dias.

Deleuze e Guattari (1995) descrevem esse movimento opositor como um esforço de “achatar as multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou exterioridade”, pois “multiplicidades planas são a-significantes e a-subjetivas” (p. 6). Decorre daí, então, a necessidade de pesquisas acadêmicas sobre racismo que operem em “linhas de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam a natureza ao se conectarem às outras” (p. 6). A operação nessas linhas de fuga, que promovem a multiplicidade, é também tema dos trabalhos de Antonio Lafuente e associados (2011; 2013). Para eles, a ciência moderna limita o direito ao acesso e à expansão do saber por exigir um nível de especialização tamanho que idiotiza saberes outros, e.g. saberes negros dispersos.

Princípio nº 4: Ruptura a-significante — Retomando à questão da estruturação do racismo (Almeida, 2018), chegamos à língua enquanto ferramenta e veículo que opera para a materialização desse ‘intruso social e autômato centralizador’ que visa, através do racismo, produzir e manter “condições históricas, econômicas, culturais e políticas de dominação” (Nascimento, 2019, p. 16). Uma das maneiras de operação à manutenção dessa prática pela língua é o esforço feito para o rompimento e a desestabilização das transconexões rizomáticas, ou seja, transformar o tema em pauta, o racismo, como um assunto de desnecessária consideração por naturalizar sua negação. Deleuze e Guattari (1995) dizem que “um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer” (p. 6), mas ele possui a capacidade de se reconstruir por

mais que se envidem esforços para negar essa potência. Isso só é possível porque um rizoma envolve “linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.” (p. 6), bem aos moldes do que a história mundial revela sobre a dinâmica racista.

Contudo, essa ruptura no rizoma é ilusória porque sua segmentariedade ocorre através da “explosão em linhas de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma” e, por essa razão, um rizoma nunca é convertido em “um dualismo ou uma dicotomia” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 6). Daí, a tolice de propostas de totalidades, unicidade, homogeneidade, hegemonias, universalidade, etc. Em outros termos, qualquer aparente ruptura em um rizoma é a-significante, ou seja, além de não produzir permanentemente o efeito desejado, é ilusória e logo o sistema rizomático se refaz em outras direções.

A partir dessa premissa e retomando para o uso da língua na manutenção do racismo, Nascimento (2019, p. 18) pergunta: “A língua tem cor?”, ou pensando em termos mais amplos: a língua tem raça?. O autor responde que não, pois “nenhuma língua tem cor [ou raça] porque nenhuma língua [ou raça] existe em si”, já que faz parte de um rizoma em todas as suas complexidades. Entretanto, a lógica hegemônica, euro-norte-americanizada e branco-fálica gera e procura manter sistemas linguísticos canônicos que “ao serem politizados... desenham projetos de poder” (Nascimento, 2019, p. 18).

Alinhada a essa ideia, Marcos Bagno⁹ rechaça a tese defendida pelo jornalista da globo Ali Kamel Ali Harfouche, que sustenta a normatização e gramaticalização linguística do português brasileiro a partir do modelo europeu. Para Bagno (2008, s/p), a língua foi usada como instrumento a serviço da racialização do povo afastando o “populacho da elite branca, que falava a língua certa” como forma de distanciamento e em detrimento à língua que fosse “genuinamente nossa, nativa e autóctone”. Portanto, continua Marcos Bagno, essa “negação do outro, negação de si, alienação total e absoluta, esquizofrenia perfeita” serve apenas aos ingenuamente interessados em uma ruptura, que é por si só a-significante.

⁹ <https://www.geledes.org.br/o-racismo-linguistico-do-brasil/>

Sobre isso, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2008) demonstraram, em uma pesquisa longitudinal, a força e o impacto de heranças linguísticas no uso da língua que se faz no Brasil a partir de uma investigação morfossintática em comunidades rurais no interior da Bahia, Brasil. Para eles, a elite brasileira promove exclusão e racismo linguístico “na medida em que condena ao estigma social precisamente as marcas linguísticas mais notáveis do caráter pluriétnico da sociedade brasileira [o que atua] como instrumento de dominação ideológica” (p. 535). Isso demonstra que as palavras carregam no seu bojo sentidos semântico-discursivos, históricos, ideológicos e políticos. A opção pela substantivação de processos ilustra o que afirmamos como, por exemplo, a escolha de termos como escravo em lugar de escravizado, negrito em vez de destacar, bem como o uso de expressões ‘a coisa tá preta’ em vez de a ‘situação está difícil’, ‘cabelo ruim ou duro’ a ‘crespo ou afro’, ‘coisa de preto’ em vez de ‘trabalho mal feito’, ‘criado mudo’ a ‘mesa de cabeceira’, ‘mercado negro ou lista negra’ em lugar de ‘mercado clandestino ou lista proibida’, etc.

Adorno (1995) fala dessa falta de empatia e dessensibilização sistemática em relação a dor do outro como produtora de indiferenças e, com o tempo, em crueldade. A contraposição a isso pode ser ilustrada por iniciativas como a produção do podcast ‘Glossário Bem¹⁰’, da Universidade Estadual de Goiás, cujo objetivo é problematizar o uso de expressões racistas e preconceituosas que circulam através da língua. Enquanto, Fanon (2008) faz uma reflexão sobre a linguagem e a semântica lexical em torno das questões coloniais e raciais, Kilomba (2019) esmiúça, em sua obra, o esboço de uma plataforma linguística em torno de termos em português que neutralizam ou apagam existências, e que devem ser desconstruídos para que possamos, como nos convida Bell Hooks (2013, p. 234), fazer sabiamente “das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua”. Desse modo, contemplaremos a sugestão de Deleuze e Guattari (1995, p. 7) quando eles nos incentivam a “seguir sempre o rizoma por ruptura revezando a linha de fuga e conjugando fluxos desterritorializados”.

Assim, será possível manter e “escrever, fazer e aumentar o território do rizoma até o ponto em que ele cubra todo o plano de consistência da máquina abstrata” (p. 8).

Princípio nº 5: Cartografia — Gostaríamos de pensar a questão do racismo neste princípio relacionando-o com a produção literária. Hooks (2013) traz uma reflexão muito oportuna acerca das práticas pedagógicas que se imiscuem de questões políticas sobre a manutenção do *status quo* das elites que se autoproclamam intelectual. Sua influência é tão fortemente sentida que, até esta data, as ementas dos programas de literatura tanto na educação básica quanto na educação universitária, mais notadamente em cursos de Letras, ainda reservam a maior parte dos currículos ao conhecimento e leitura do cânone. Há pouca aproximação à literatura africana, indígena, àquela produzida por mulheres, etc.

Essa lógica relaciona-se à cartografia deleuziana e guattariana enquanto princípio do rizoma, que “não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo ou estrutura profunda” (1995, p. 8). Eles entendem o eixo ou estrutura profunda como algo estático, objetivo, modelar e que serve para neutralizar subjetividades. Daí, a razão para cartografar, no sentido deleuziano e guattariano, a literatura para que esta esteja “inteiramente voltada a uma experimentação ancorada no real”, ou seja, a realidade social da época.

Para Bell Hooks (2013), o trabalho literário cuja autoria e estética artística seja prioritariamente branco-fálica e com forte influência euro-norte-americanizada apenas serve para “reproduzir um inconsciente fechado sobre si mesmo” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 8). Isso indica que não há neutralidade política quando o docente, qual homem branco, em um “departamento de literatura inglesa que só fala das obras escritas por grandes homens brancos, e que negam o racismo e o sexismo, determinam o que ensinamos e como ensinamos” (Hooks, 2013, p. 55).

Entretanto, acrescentamos que não basta apenas incluir a literatura negra, a indígena, a de mulheres, etc. nos programas de literatura. É preciso ir além por promover uma nova cartografia da área e romper com a

¹⁰ <https://anchor.fm/rdio-ueg>

pedagogia de eventos, ou seja, a reserva de datas específicas, e.g. 20 de novembro, 19 de abril, 8 de março, etc., para lançar luz sobre essas categorias invisibilizadas. Como asseveram Machado e Soares (2021, p. 1002), é preciso convidar essas categorias literárias a pensar em “novas ferramentas pedagógicas, capazes não apenas de fazer concessões aos sujeitos subalternizados, mas de incluí-los e visibilizá-los”. Desse modo, o trabalho com literatura deixará de ser apenas mais um processo de transmissão assimétrica de saber.

Para Adorno (1995), as manifestações artístico-literárias podem ser um caminho possível para a sensibilização e humanização da educação contra a barbárie à medida que permitimos que o acesso ao outro nos modifique subjetivamente. A proposta de cartografia em Deleuze e Guattari (1995), que estamos relacionado à literatura, é “aberta, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (p. 8). Essa possibilidade ao ser aplicada ao processo de ensino-aprendizagem de literatura contribui para uma aumentada percepção da realidade social. O aguçamento dos sentidos por meio das narrativas do outro pode ser uma ótima ferramenta que possibilita um sem-fim de conexões e modificações, tornando a vida em toda sua complexidade mais amena. Machado e Soares (2021, p. 1001) dizem que a literatura pode servir também para nos ajudar a desenvolver uma consciência crítica em relação à operação colonialista ainda vigente, pois a literatura pode ser “um campo construído enquanto projeto questionador de ausências, trabalhando pela ampliação do próprio entendimento a respeito do que é o texto literário”.

A sociedade rizomática é formada por espaços heterogêneos, preenchidos, movido por relações que são interligadas entre si através de linhas e pontos mais ou menos intensos e densos. Esse território precisa ser constantemente cartografado pela literatura, pois é um campo de forças com uma dinâmica extremamente flexível e porosa, ainda que haja esforços à cristalização e, por conseguinte, à manutenção de poder que, ao fim e ao cabo, produz o racismo, o sexismo e tantas outras violências. A cartografia deleuziana e guattariana torna a literatura um instrumento importante para desemaranhar

em todas as dimensões as linhas que compõem o racismo na contemporaneidade.

Por fim, *princípio nº 6: Decalcomania*. Parece-nos bem evidente que todas as relações entre os anteriores princípios rizomáticos deleuzianos e guattarianos e a temática central do racismo orbitada pelo mito da democracia racial, pela escassez de pesquisas acadêmicas, pelo uso da língua e pela produção e consumo de literatura é atravessado por discursos. Obviamente, não foi e não é nosso objetivo tratar de questões discursivas em profundidade neste ensaio, porém entendemos que é relevante relacionar o sexto princípio de rizoma deleuziano e guattariano, a decalcomania, a alguns discursos que circulam em torno da questão do racismo. Pensando, ainda que superficialmente, na metáfora arqueológica em Michel Foucault (1969), entendemos que os discursos sobre racismo se organizam em camadas, que se manifestam de modo mais ou menos abertos, ou seja, discursos que aparecem na superfície das práticas sociais e outros que são velados e são escondidos em camadas cujo acesso e percepção é dificultada.

Mas, antes disso, valem algumas palavras sobre o decalque. Deleuze e Guattari (1995) entendem que o decalque é tão somente um esforço de “reproduzir o mapa, com a ajuda de meios artificiais e outros procedimentos de coação” (p. 9). Daí, a relação que estabelecemos entre os decalques e os discursos na superfície ou abaixo dela. Visto que os enunciados sobre racismo não são neutros, pois sempre carregam a arbitrariedade do signo saussuriano (2021), o que os torna motivados ou não, os discursos racistas igualmente se manifestam de maneiras bem distintas.

Para Deleuze e Guattari (1995), os decalques discursivos têm por objetivo central “organizar, estabilizar e neutralizar as multiplicidades por eixos de significância e de subjetivação” (p. 9). Quando pensamos nos discursos racistas, podemos identificá-los, grosso modo, ao princípio da decalcomania em tela. São discursos que tematizam, coagem e neutralizam subjetividades racializadas segundo regras próprias de significação (evocamos aqui o bom e velho Saussure novamente!).

Grada Kilomba (2018, p. 77) diz que “o racismo não é apenas um fenômeno

ideológico, mas também discursivo” e complementa ao alertar que já “não é possível contar novas histórias e novas narrativas com o mesmo vocabulário” (Kilomba & Escórcio, 2017, p. 1). Portanto, os discursos racistas são decalques porque “reproduzem senão eles mesmos, quando creem reproduzir outra coisa” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 9), ou seja, os mesmos vocábulos que reproduzem narrativas e histórias já ultrapassadas. Por conseguinte, é importante que aqueles que são racializados construam novos discursos sobre si a partir de suas experiências éticas e estéticas (Souza, 1983). Vamos, então, considerar brevemente discursos que são diretamente manifestados e aqueles que são indiretos com o fito de exemplificar o que estamos abordando ou, em palavras de Deleuze e Guattari (1995, p.9), vamos “tentar outra operação, inversa mas não simétrica”.

Iniciemos pelos discursos que se manifestam diretamente, ou seja, aqueles que estão na superfície de nosso campo arqueológico. Já desde os primórdios da história do Brasil, durante as invasões colonizadoras, as instituições violentamente impuseram a proibição do uso e ensino da língua autóctone. Um exemplo disso é o decreto do Marquês de Pombal, em 1758, que, sob o pretexto de minar o poder da Igreja Católica Romana no país, visava ao fortalecimento da língua do colonizador através da “neutralização das multiplicidades segundo eixos [próprios] de subjetivação” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 9), ou seja, pela promoção de um ataque frontal à identidade linguística originária.

Outra forma em que os discursos racistas se manifestam diretamente diz respeito à promulgação de leis que dificultam, ou mesmo impedem, o acesso de negros à educação. Um exemplo disso é a Lei nº 1, de 1837, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro¹¹ que em seu artigo 3º inc. 2º diz que “são proibidos de frequentar as escolas públicas os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos [sic]”. A razão para essa proibição é explicada por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) quando dizem que os escravizados vindos da África aprendiam a língua imposta pelo colonizador

de modo parco e que seus filhos “adquiriam o português como língua materna a partir do modelo imperfeito de português falado como segunda língua pelos adultos” (p. 75).

Tais discursos claramente declarados de exclusão e aniquilamento tanto da língua autóctone como de línguas dos escravizados, em favor de uma pureza e homogeneização linguística, funcionam como decalques “artificiais, de coação, que reproduzem senão a si mesmos e são perigosos [porque] injetam redundâncias e as propagam” declaram Deleuze e Guattari (1995, p. 9). Ainda que não devesse, mas nos causam espanto e indignação ver como a operação dessa lógica discursiva abertamente declarada, mais de duas centenas de anos atrás, ainda segue vigente e alimentando o racismo decalcado, por exemplo, através da miragem de uma CPLP e dos PALOP¹².

Conforme anunciamos, há ainda os discursos racistas não tão claramente manifestos, mas que seguem em operação impondo “impasses, bloqueios e pontos de estruturação” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 9). Pensemos, por exemplo, no que Grada Kilomba (2019) nos conta ao resgatar o relato da máscara de flandres que a escravizada Anastásia, c. 1740, foi obrigada a usar pelo resto de sua vida porque resistia bravamente às investidas e violências sexuais dos colonizadores. Mesmo assim, Anastásia teve que suportar a dor, os maus tratos e estupros dos agressores. A tecnologia discursiva velada de silenciamento empregada no caso de Anastásia visava à desumanização e seu “bloqueio [como] germe de pivô” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 9). Em nossos dias, os discursos racistas de silenciamento da voz dos racializados continua em operação.

Essa gramática discursiva racista nada mais é do que um bom exemplo da decalcomania deleuziana e guattariana, que se revela, em outro exemplo, na ocultação ou mesmo desinformação sobre a quantidade de negros mortos durante a pandemia de Covid-19. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, embora 18% da população do país seja negra, o número de pacientes negros mortos pelo vírus foi de 58% em relação às mortes de pacientes brancos.

¹¹ <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>

¹² Essa miragem será discutida e problematizada em Sá (2022) in fieri.

Marasciulo (2020, s/p) diz que “na Geórgia, 83% dos internados são negros, que correspondem a 32% da população; em Louisiana, estado com 33% da população negra, as mortes afroamericanas equivalem a 70%; e, no Alabama, a proporção de mortes é de 44% em uma população de 26%”. No Brasil, esses percentuais não são diferentes, segundo nos relatam Santiago (2021), Sardinha, Botelho e Carvalho (2020) e o belo trabalho de Isabela Fiuza Martins (2020), que nos detalha a operação de uma necropolítica estatal cujas principais vítimas são pessoas negras encarceradas.

Podemos também pensar no campo da educação enquanto espaço de produção e manutenção de discursos racistas que circulam de forma velada. Melo e Mira (2021) alertam para o fato de o livro didático participar da ciranda racista discursivamente velada, pois promovem a negação do racismo sob a alegação de o foco dos currículos e material didático para uso nas escolas serem voltados para a aquisição de conteúdos necessários à vida laboral do alunado e, portanto, furtam-se inclusive de seguir a legislação que rege o tema em pauta. Entretanto, Melo e Mira (2021, p. 1403) alertam que a ausência de um projeto consolidado de educação para as relações étnicorraciais é uma via para “legitimar violências ao institucionalizar a exclusão de aportes teórico-metodológicos que possam subsidiar a prática pedagógica antirracista”.

Ainda no campo da educação, Ferreira (2004, 2012, 2014) trata da relevância do letramento racial crítico para evitar o decalque ao “tentar outra operação, inversa mas não simétrica” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 9), a fim de construir o outro livre de estigmas de quaisquer natureza. Esse processo inclui a educação docente contra a barbárie, mas que requerem políticas públicas consistentes e que contemplem todo o território nacional. Por fim, mas não menos importante, é preciso arqueologicamente trazer à superfície todos os discursos desumanizadores, que barbarizam as relações sociais no rizoma e que se tornam terrenos férteis para o surgimento de outros nazismos (Adorno, 1995).

concluamos com a *bignoniaceae tabebuia*

Convidamos nosso leitor a refletir no que ensaiamos neste texto. Gostaríamos que esse fosse um texto desnecessário ou que usássemos o conceito de rizoma em Deleuze e Guattari (1995) abordando outro tema mais ameno. Contudo, estamos felizes em poder compartilhar com nosso leitor nossas impressões sobre um assunto que nos é tão caro, a saber, o racismo. Também desejamos que, ao escrutinar nosso texto (Foucault, 1969) qual leitor, possamos estabelecer um diálogo, mesmo a distância, que nos faça refletir e pensar em roteiros sociais mais aprazíveis já que todos somos parte de um rizoma. Como a *bignoniaceae tabebuia*, que possamos sempre florescer e aromatizar o nosso entorno e o de outros!

*Agora é para fechar mesmo...
mas também para refletir*



referências

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*, (W. L. Maar, Trad.). Editora Paz e Terra.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Editora Letramento.
- Arendt, H. (1951). *The Origins of Totalitarianism*. Harcourt, Brace and Co.
- Bagno, M. (2008). *O racismo linguístico no Brasil*. Portal [Geledés](#).
- Borges de Meneses, R. D. (2013). A desconstrução em Jacques Derrida: O que é e o que não é pela estratégia. *Universitas Philosophica*, 30(60), 177-204.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2008). *O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa*. Parábola Editorial.
- Buck-Morss, S. (2018). *O presente do passado*, (A. L. Andrade, & A. Varandas, Trad.). Cultura e Barbárie.
- Césaire, A. (1955). *Discours sur le colonialisme*. Éditions Présence Africaine.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *O Anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Imago.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Rizoma. In G. Deleuze, & F. Guattari. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, (A. Guerra Neto & C. P. Costa, Trad.).(pp. 2-18). Editora 34.
- Derrida, J. (1967). *De la grammatologie*. Éditions Minuit.
- van Dijk, T. (2008). *Racismo e discurso na América Latina*. Editora Contexto.
- Fanon, F. (1961). *Les Damnés de la Terre*. Éditions Maspéro.
- Fanon, F. (2008). *Pele, máscaras brancas*, (R. Silveira, Trad.). EdUFBA.
- Ferreira, A. J. (2004). *Addressing 'race'/ ethnicity in Brazilian schools: A study of EFL teachers*, (PhD Thesis). University of London.
- Ferreira, A. J. (2012). Identidades sociais, letramento visual e letramento crítico: Imagens na mídia acerca de raça/etnia. *Trab. Ling. Aplic.*, 51(1), 193-215.
- Ferreira, A. J. (2014). Critical race theory and critical race literacy: Narratives and counter narratives of language teaches. *Revista da ABPN*, 6(3), 236-26.
- Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Nacional.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Éditions Gallimard.
- Freire, M. S. L. (2020). Do silenciamento ao (re)conhecimento: quando a fala se transborda na escrita. *Cadernos de Campo*, 29(1), 268-277, doi [10.11606/issn.2316-9133](#).
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande & Senzala*. Editora Maia & Schmidt.
- Galilei, G. (1632). *Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo*. Gio. Battista Landini.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 24-49.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: Educação como prática da liberdade*, (M. B. Cipolla, Trad.). Editora Martins Fontes.
- Kilomba, G., & Escórcio, S. (2017). Grada Kilomba. *Contemporânea*, 12(5).
- Kilomba, G. (2018). *Desobediências poéticas e a urgência da descolonização do pensamento*. SP-Arte.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*, (J. Oliveira, Trad.). Editora Cobogó.
- Lacan, J. (1973). *Le séminaire, livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Éditions du Seuil.
- Lafuente, A., & Alonso, A. (2011). *Ciencia expandida, naturaleza común y saber profano*. Ediciones UNQ.
- Lafuente, A., Alonso, A., & Rodríguez, J. (2013). *¡Todos sabios! Ciencia ciudadana y conocimiento expandido*. Ediciones Cátedra.
- Lucchesi, D., Baxter, A., & Ribeiro, I. (Orgs.), (2009). *O português afro-brasileiro*. EDUFBA.

- Machado, R. C. M., & Soares, I. B. (2021). Por um ensino decolonial de literatura. *Rev. Bras. Linguist. Apl.*, 21(3), 981-1005, doi [10.1590/1984-6398202116960](https://doi.org/10.1590/1984-6398202116960).
- Marasciulo, M. (2020). *Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos*. *Revista Galileu*, on-line.
- Martins, I. F. (2020). *Covid-19 nos presídios: Um estudo sobre os efeitos da pandemia conjuntamente a necropolítica no cárcere brasileiro*, (Trabalho de Conclusão de Curso). Univ. Federal de Uberlândia.
- Melo, L. A. N., Mira, A. P. V. J (2021). O pretuguês em sala de aula: Racismo linguístico e as práticas pedagógicas da(o) docente de Língua Portuguesa. *Revista Inter•Ação*, 46(3), 1395–1412, doi [10.5216/ia.v46i3.67796](https://doi.org/10.5216/ia.v46i3.67796).
- Morus, T. (1516). *Utopia*. Edições Ridendo Castigat Mores e Cultvox.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes.
- Nascimento, G. (2019). *Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Editorial Letramento.
- Rosenstiehl, P., & Petitot, J. (1974). Automate asocial et systèmes acentrés. *Communications*, 22, 45-62.
- Said, E. W. (1978). *Orientalism*. Pantheon Books.
- Santiago, T. (2021). *Negros morreram quase duas vezes mais de Covid- 19 do que brancos no Itaim Bibi*. *G1 SP*, on-line.
- Sardinha, L. S., Botelho, P. S., & Carvalho, M. W. V. (2020). Desigualdades raciais em tempos de pandemia na cidade do Rio de Janeiro: Reflexões a partir de 1918 e 2020. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(2), 8-24, doi [10.36482/1809-5267](https://doi.org/10.36482/1809-5267).
- Saussure, F. (2021). *Curso de linguística geral*, (M. Bagno, Trad.). Parábola Editorial
- Sayad, A. (1979). Qu'est-ce qu'un immigré ?, *Peuples méditerranéens*, 7, 3-23.
- Schwarcz, L. K. M. (1993). *O espetáculo das raças*. Companhia das Letras.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: Vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Edições Graal.

recebido em 30/11/2021

aceito em 31/12/2021